

VARGAS, GOULART E LULA: DO APREÇO POPULAR A DERROCADA GOLPISTA.

Vargas, Goulart and Lula: from popular appreciation to the brought them down.

Fábio Antunes Vieira¹

Resumo: Desde a sua proclamação pelos militares em 15 de novembro de 1889, a República Brasileira chegou ao seu trigésimo Oitavo presidente, com Jair Bolsonaro. Destes, notoriamente os três que detiveram o maior apelo popular, ou seja, Getúlio Vargas, João Goulart e Lula, tiveram os desfechos mais trágicos. Tais presidentes, embora historicamente anacrônicos, estão ligados em certa medida pelo populismo, pela prioritária defesa do desenvolvimento econômico a partir da via nacional, pela negação quanto a maior dependência em relação ao capital estrangeiro e, dentre outras coisas, pelas políticas sociais intervencionistas destinadas ao favorecimento da redistribuição de renda. Em função disso, enfrentaram grupos opositoristas bem articulados, que souberam se apropriar de discursos oportunistas e insatisfações, sobretudo dos setores médios urbanos, de modo a defenderem seus interesses à revelia dos anseios e necessidades mais populares. Diante do exposto, o intento deste texto consiste em abordar alguns aspectos históricos destes três governos, de modo a salientar as dicotomias que resultaram suas derrocadas golpistas.

Unitermos: Vargas, Goulart, Lula, povo e oposição.

Abstract: Since its proclamation by the military on November 15, 1889, the Brazilian Republic has reached its thirty-eighth president, with Jair Bolsonaro. Of these, notoriously the three that had the greatest popular appeal, that is, Getúlio Vargas, João Goulart and Lula, had the most tragic outcomes. Such presidents, although historically anachronistic, are linked to a certain extent by populism, by the priority defense of economic development from the national path, by the denial of greater dependence on foreign capital and by interventionist social policies aimed at favoring the redistribution of income. As a result, they confronted well-articulated opposition groups, who were able to appropriate opportunistic discourses and dissatisfactions, especially from the urban middle sectors, in order to defend their interests against the most popular desires and needs. Given the above, the intent of this text is to address some historical aspects of these three governments, in order to highlight the dichotomies that resulted in the blows that brought them down.

Key words: Vargas, Goulart, Lula, people and opposition.

De modo a não atropelar a ordem cronológica, é viável que o primeiro dos três governos a serem tratados aqui, seja o de Getúlio Vargas. Sobre este, em linhas gerais é possível iniciar as explanações afirmando que procurou exercer o controle sobre as massas urbanas² e conciliar os interesses “dos industriais e proprietários de terras” por “intermédio” do seu “aparelho burocrático-militar”, na tentativa de alcançar algum ponto de equilíbrio político que favorecesse o empreendimento de um governo nacionalista³. Nesta linha, “atrelou o proletariado urbano à fração da burguesia vinculada ao mercado interno, mediante legislação social. No mais, atribuiu ao Estado, pela via autoritária, decisivo papel no desenvolvimento do país”⁴.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, sob a orientação do professor Pós-Doutor Elton Dias Xavier. Graduado em História pela mesma Universidade. Docente do quadro ativo permanente do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG, Campus Januária.

² No sentido proposto, salienta-se “massa” segundo o conceito de Hannah Arendt. Para a autora, o “termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político [ou] organização profissional”. ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, p. 361. Grifo nosso.

³ DREIFUSS. *A Conquista do Estado*, p. 23.

⁴ BANDEIRA. *O Governo João Goulart*, p.15.

Embora exponha suas críticas ao varguismo, por concordar que ele, em certa medida, deu continuidade ao processo de "modernização conservadora"⁵ de que tratou Barrington Moore Jr, Carlos Nelson Coutinho admitia que os acontecimentos decorrentes da Revolução de 1930 "contribuíram para consolidar definitivamente a transição do Brasil para o capitalismo", implicando seu ingresso na "modernidade"⁶. Para ele, embora o Brasil já constituísse um "Estado Burguês" após a Proclamação da República, foi só após 1930 que se generalizou "as relações capitalistas em nosso país, inclusive com a expansão daquilo que Marx considerava o modo de produção especificamente capitalista, ou seja, a indústria"⁷. Para tanto, o "Estado foi o principal protagonista", não só por adotar "políticas cambiais e de crédito que beneficiaram a industrialização", inclusive mediante a "criação direta de empresas estatais", mas também por implementar o corporativismo de inspiração fascista, de modo a conformar o trabalho ao capital, sobretudo durante o Estado Novo⁸.

Contudo, se o autoritarismo varguista presente no Estado Novo parecia aceitável na década de 1930, muito em função da força emergente do Nazismo e do Fascismo em um momento de crise das democracias liberais, o mesmo já não podia ser dito ao final da Segunda Guerra Mundial, quando a situação internacional se invertera. Diante do novo quadro, Vargas foi deposto em 1945 pelos mesmos militares que lhe garantiram a presidência em 1930 e que haviam sustentado suas ações de governo contra a oposição até aquele momento. Assim, não podendo mais governar pela via autoritária, Vargas apelou para o trabalhismo e para o nacionalismo como táticas destinadas ao seu retorno à presidência por meio das eleições de 1950.

Sobre o assunto, é possível dizer que a tradição "trabalhista" iniciada por Vargas após a Revolução de 1930, angariou a simpatia de uma parcela das massas urbanas e viabilizou a emergência do "populismo", prática política que marcou o período, sobretudo o segundo governo Vargas e o governo de João Goulart. No populismo, o governante figura como o

⁵ Para Barrington More Jr, este tipo de modernização, ao contrário daquelas provenientes de "sociedades liberal-democráticas", é autoritária. Nela, "várias características da propriedade fundiária pré-capitalista" e do "poder dos latifundiários" são "conservadas", resultando uma "moderna burguesia industrial" que "prefere conciliar com o atraso a aliar-se às classes populares". Assim, trata-se de uma modernização não hegemônica, atraente aos interesses dominantes e não do povo. Tomando este paradigma como válido, Nelson Coutinho entendia que, sem dúvidas, embora a Revolução de 1930 tenha "descontinuado com a velha ordem", terminou por reproduzir a tradição da sobreposição do Estado à nação. Neste sentido, apesar do poder das antigas oligarquias cafeeiras ter diminuído politicamente, as dissidentes, cooptando alguns setores médios urbanos que se faziam expressar pelo movimento tenentista, passaram a apoiar o protagonismo do Estado no que tange ao processo de industrialização que as favorecesse. Essa "modernização conservadora" teve seus teóricos de defesa, a exemplo de Oliveira Viana, bem como seus críticos, a exemplo de Caio Prado Júnior, que indicou o déficit de cidadania como um dos efeitos nefastos do modelo aplicado a partir de então. COUTINHO. *O Estado Brasileiro*, pp. 75 a 77.

⁶ COUTINHO. *O Estado Brasileiro*, p. 76.

⁷ COUTINHO. *O Estado Brasileiro*, p. 76.

⁸ COUTINHO, *O Estado Brasileiro*, pp. 77 e 78.

grande representante dos interesses de uma parcela significativa da sociedade de massa (neste caso os trabalhadores urbanos beneficiados pela CLT) e se sustenta no poder através do seu apoio. Em outros termos, na política populista a identificação entre o líder carismático e sua base de massa é direta, prescindindo em certa medida das próprias instituições do Estado, fato considerado perigoso pela elite civil, pelas Forças Armadas e pelos grupos ligados aos interesses do capital internacional⁹. Destarte, como diante da força do populismo varguista, não era possível à oposição articular um discurso que pudesse ser interpretado como contrário aos interesses do operariado urbano, pois isso implicaria em uma espécie de suicídio político, a saída pensada para contê-lo consistiu em desacreditar o próprio líder, a partir de ações que manchassem sua imagem. Para tanto, a oposição não poupou esforços para procurar associar o presidente aos casos de corrupção envolvendo seu governo e, sobretudo, ressaltar sua vocação para o autoritarismo.

Em termos gerais, o discurso oposicionista centrado no combate ao autoritarismo, camuflava os interesses, sobretudo, do capital multinacional-associado em relação as prerrogativas de um governo que tentava “impor uma política nacionalista de desenvolvimento capitalista, apoiado por uma combinação de empresas industriais estatais e privadas”¹⁰. Pertinente às estatais, Vargas consolidou o monopólio do petróleo ao criar a Petrobrás em 1953, iniciou o projeto da Eletrobrás e expandiu os setores de siderurgia e mineração, que já haviam ganhado impulso na década de 1940 com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Além disso, no campo social, Vargas aprofundou a política trabalhista, considerada paternalista pela oposição. Neste momento, a crescente polarização política e ideológica em torno das práticas nacionalistas e trabalhistas, ocorria concomitantemente a intensificação da oposição ao seu governo e conseqüentemente a João Goulart que, como Ministro do Trabalho, despontava como uma figura carismática e atuante junto à classe trabalhadora.

Sem conseguir retomar o suficiente apoio dos militares e diante da perspectiva de outra deposição, desta vez golpista, articulada pelos grupos oposicionistas interessados em reorientar a política nacional de modo a abrir a economia aos capitais estrangeiros, Vargas optou pelo suicídio em 24 de agosto de 1954. Este seu último ato político, somado a sua carta testamento, não só abalou a opinião pública, como contribuiu para retardar a ascensão de um governo notoriamente autoritário naquele momento, que contradizia o próprio discurso

⁹ Mais sobre populismo, ver: WEFFORT. *O Populismo na Política Brasileira*.

¹⁰ DREIFUSS. *A Conquista do Estado*, p. 32.

oposicionista. Contudo, a eleição de Juscelino Kubitschek e sua política econômica e industrial desenvolvimentista, colocou o Brasil no caminho da dependência em relação ao capital estrangeiro, contrariando a via nacionalista até então praticada por Vargas, bem como criando empecilhos a sua retomada pelo governo de João Goulart na década de 1960.

Considerado o herdeiro político de Getúlio Vargas pela massa trabalhista, o vice-presidente João Goulart se encontrava em visita oficial à China, na ocasião da renúncia de Jânio Quadros em 1961. No que tange a sua posse, enfrentou forte resistência de alguns grupos civis vinculados aos interesses do capital internacional, bem como de setores militares comprometidos com os ideais da “doutrina de segurança nacional”, difundida pela Escola Superior de Guerra (ESG) em conformidade com a política anticomunista norte-americana, em meio a Guerra Fria. Assim, diante de uma perspectiva golpista, setores legalistas do Exército e partidários de João Goulart, sob a liderança do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, empreenderam a chamada “Cadeia pela Legalidade” em defesa de sua posse, dentro dos trâmites legais determinados pela Constituição de 1946.

Visto a falta de unidade das Forças Armadas e sob o temor de uma guerra civil, os setores oposicionistas aceitaram o retorno de Goulart ao Brasil, bem como sua posse como presidente, mediante a implementação golpista de um sistema parlamentarista, que deveria ser submetido à aprovação popular por meio de um plebiscito em 1965. Assim, sob a tutela inicial de Tancredo Neves como primeiro-ministro, João Goulart assumiu a presidência com poderes limitados em setembro de 1961. Entretanto, diante da instabilidade política do sistema parlamentar e de sua ineficácia frente aos problemas socioeconômicos que agitavam o país naquele momento, Goulart passou a valer-se do populismo, de modo a coordenar a insatisfação popular contra o Congresso Nacional. Pressionados, os parlamentares acabaram aprovando a antecipação do plebiscito para o início de 1963, ocasião em que quase oitenta por cento dos eleitores votaram a favor do retorno ao regime presidencialista.

Durante o parlamentarismo, observou-se a ampliação dos problemas que vinham ganhando proporções desde o fim do governo JK, a citar, dentre outros, a questão agrária, o déficit público, a ampliação da dívida externa, o abuso econômico das empresas estrangeiras e uma inflação acentuada que corroía o salário dos trabalhadores, realidade que gradativamente foi despertando a reação e a organização de determinados setores da esquerda. Nesse sentido, destacam-se as Ligas Camponesas constituídas pelos trabalhadores rurais nordestinos a partir de 1955, a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE) nos centros urbanos, bem como a formação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1962, que procurou centralizar os interesses dos trabalhadores urbanos, sobretudo no Sudeste.

Com o retorno ao presidencialismo, Goulart passou a governar em meio à pressões. De um lado, a oposição composta principalmente pela União Democrática Nacional (UDN), setores militares ligados aos Estados Unidos, ruralistas e grupos vinculados ao capital externo, preocupados com o gradativo fortalecimento e politização dos movimentos populares, acusava Goulart de subserviência ao comunismo, como forma de depreciar e justificar as ações contra seu governo. Do outro lado, sua base de apoio, composta principalmente pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), trabalhadores urbanos, UNE e setores militares nacionalistas, reivindicavam amplas reformas que conduzissem o país ao caminho do desenvolvimento autônomo e alterasse seu quadro social.

Em meio a essas circunstâncias, no início de 1963 Goulart procurou executar o chamado Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, então ministro do planejamento, que tinha por objetivos o controle inflacionário e o desenvolvimento econômico. Para tanto, o plano propunha a redução dos gastos públicos, o incentivo às exportações e a industrialização, a ampliação da carga tributária sobre as classes de maior renda e a austeridade monetária. De um modo geral o plano desagradou à oposição e os trabalhadores, pois o incentivo às exportações chocava-se com os interesses dos grupos vinculados ao capital externo, e a redução da inflação exigia a contenção dos salários já defasados. Além disso, a diminuição dos gastos públicos e conseqüentemente dos servidores públicos, somados a ampliação dos impostos, não agradaram a classe média. Considerando esses fatores, dentre outros, Goulart terminou por abandonar o Plano Trienal em meados de 1963.

Atendo-se as relações internacionais, Goulart deu continuidade a "política de neutralidade" iniciada por Jânio Quadros, mantendo certa independência em relação à Guerra Fria. Nesse sentido, procurou manter relações diplomáticas e comerciais com o bloco socialista, inclusive com a União Soviética, objetivando dinamizar a economia nacional. Embora os estudiosos sobre o assunto, como Boris Fausto, argumentem não ter sido intenção de Goulart a transformação do Brasil em um país comunista, sua conduta foi observada como uma ameaça à hegemonia norte-americana na América Latina, temor que parecia justificar-se em função dos acontecimentos da Revolução Cubana. Além disso, a atuação clandestina do Partido Comunista no Brasil, por meio dos sindicatos e demais representações populares, contribuiu para ampliar a propaganda da oposição contra seu governo, sempre associando sua imagem ao comunismo, fato que foi gradativamente sendo tomado como verdade em vários segmentos sociais, principalmente da conservadora classe média.

Pressionado por ambos os lados, mas ciente de que os trabalhadores representavam sua base de apoio, Goulart, a partir de meados de 1963, passou a empreender o que Florival

Cáceres chamou de “nacionalismo radical”, cujas medidas encontravam-se reunidas nas chamadas "reformas de base", incluindo nesse conjunto as reformas: agrária, tributária, educacional, eleitoral e habitacional, além da lei de limitação das remessas de lucro das empresas estrangeiras para o exterior. Atendo-se a esta última, bem como a reforma agrária, em função da ferrenha oposição que despertaram, elas afetavam dois importantes grupos com forte representação junto ao Congresso Nacional, ou seja, os grandes empresários vinculados ao capital multinacional-associado e os ruralistas.

Nessa linha, para tentar encobrir seus interesses e os dos seus governos, os empresários estrangeiros vociferavam que a lei das remessas de lucro tratava-se de uma lei paternalista aos trabalhadores, proposta de modo a sustentar o populismo do governo Goulart, em prejuízo do setor produtivo. Na verdade, esta lei nacionalista tinha por intento viabilizar o reinvestimento de parte dos lucros das multinacionais no país, de modo a conter o problema da evasão de divisas e promover um maior desenvolvimento econômico. Contudo, por não ser de interesse do grande capital, esta lei despertou grande indignação dos investidores estrangeiros e seus respectivos governos, sobretudo dos Estados Unidos, interessados na espoliação de capitais dos países de economia periférica, sobretudo em meio a Guerra Fria. Essa drenagem de renda a bem das classes e países dominantes, atendia, portanto, a nova etapa do imperialismo que viria se consolidar alguns anos mais tarde com o neoliberalismo¹¹. Destarte, o advento de governos marcados pelo discurso da subordinação do capital estrangeiro ao interesse nacional na América Latina, a exemplo de Goulart, tornou-se um empecilho cada vez maior aos interesses dos Estados Unidos.

Passando a algumas discussões sobre a reforma agrária, o governo pretendia com ela ampliar a produção agrícola destinada ao mercado interno, de modo a favorecer o combate à fome e a miséria, bem como melhorar as condições sociais dos trabalhadores no campo. Neste sentido, a questão central para os ruralistas não era especificamente a ampliação da concorrência interna em termos produtivos, mas sim, os efeitos da socialização da terra no que tange a diminuição da oferta da mão de obra barata no campo. Nesse ponto, é sabido que a concentração fundiária contribui para a geração de um grande contingente de força de trabalho barata para as grandes propriedades rurais, ou seja, disponibiliza o que Karl Marx chamou de “exército de reserva”, nesse caso para a atividade agrícola.

Considerando o exposto, ao inserir a questão da terra em suas reformas de base, Goulart assumiu o ônus de uma luta contra os ruralistas, que nem Vargas antes dele, ou Lula

¹¹ DUMENIL; LÉVY. *O Imperialismo na Era Neoliberal*, p.10.

posteriormente ousaram travar de igual modo. Assim, temendo a diminuição do exército de reserva no campo, os grandes proprietários rurais organizaram uma ferrenha oposição ao seu governo. Com esse propósito, uniram forças aos demais grupos oposicionistas e trataram de contribuir para mascarar a luta no campo pelo acesso a terra como sendo subversiva, ou mais precisamente, comunista. Segundo Maria Helena Moreira Alves, a agitação da classe trabalhadora e do campesinato durante o governo Goulart "assustou as classes mais altas, que nunca antes haviam sido forçadas a mínimas concessões"¹².

Sobre à questão do comunismo no país, é certo que houve uma atuação perceptível de seus partidários em meio aos sindicatos, aos estudantes, nos partidos de esquerda e nas ligas camponesas. Nesse sentido, inclusive, como afirma Rodrigo Patto Sá Motta, "em algumas situações o medo [do comunismo] era justificado ou ao menos tinha fundamento, quer dizer, os comunistas gozavam de uma força que os tornava inimigos terríveis", na compreensão daqueles indivíduos "que sinceramente acreditaram na existência de um risco real"¹³. Entretanto, o comunismo no Brasil, mais do que uma ameaça de fato, foi tomado como uma justificativa para as ações dos grupos interessados em consolidarem um capitalismo associado-dependente no país, a despeito dos interesses sociais da maioria da população. Assim, o "comunismo no Brasil era, enfim, a própria democracia que, com a presença de Goulart na presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores"¹⁴.

Diante do exposto, visto que a aproximação de Goulart com os setores de esquerda e as prerrogativas do seu governo contidas nas reformas de base contrariavam os interesses da oposição e do governo dos Estados Unidos, a conspiração para retirá-lo do poder passou a ser articulada, sob as justificativas do combate ao comunismo, da manutenção da ordem e da segurança nacional, como determinavam as cartilhas da Escola Superior de Guerra. Nesse sentido, o jornalista Flávio Tavares, em matéria ao jornal "O Estado de São Paulo" de 31 de março de 2004, expôs que um grupo militar brasileiro chegou até a planejar o assassinato de Goulart. Para ele, tal tentativa de execução só foi evitada em virtude da intervenção do

¹² ALVES. *Estado e Oposição no Brasil*, p.25.

¹³ MOTTA. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*, p.XXIV.

¹⁴ BANDEIRA. *O Governo João Goulart*, p.178. Ressalva seja feita, embora o discurso anticomunista no Brasil tenha se prestado aos propósitos dos grupos interessados na ruptura da política populista no Brasil, a quem entenda, como Rodrigo Patto Sá Motta, que tal discurso não derivou de uma construção imaginária. Apesar do risco ter sido potencializado em meio aos postulados da Doutrina de Segurança Nacional, o avanço das idéias comunistas no Brasil era uma realidade incontestável. Para o autor, "o fato de os comunistas e a esquerda influenciarem o governo [Goulart] não pode ser negado, e nesse sentido a 'ameaça vermelha' não foi mera fabulação" Ver: MOTTA. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*, p. 169. Grifo nosso.

Coronel norte-americano Vernon Walters, que temia as consequências do ato ao transformar o presidente em mártir, a exemplo de Getúlio Vargas.

Na verdade, o golpe contra Goulart já vinha sendo planejado pela oposição tempos antes, com o apoio, inclusive financeiro e militar, do governo norte-americano. Para tanto, foram criados o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), destinados a financiar estudos e propagandas contra o governo Goulart, bem como as despesas eleitorais dos políticos opositores, que integravam a Ação Democrática Parlamentar (ADP). Destarte, dispozo de recursos financeiros e uma argumentação bem planejada, a oposição foi gradativamente ampliando seu poder de atuação no cenário nacional, despertando cada vez mais a inquietude dos setores populares que apoiavam Goulart, fosse por meio de greves, passeatas e, dentre outras formas de manifestação, da organização de grupos paramilitares a exemplo dos "Grupos dos Onze" criados por Leonel Brizola para, segundo ele, empreender luta contra os golpistas comprometidos com o imperialismo norte-americano.

Com o acirramento dos ataques opositores, Goulart decidiu avançar com as reformas de base, afim de procurar organizar a mobilização dos setores populares. Assim, em 13 de março de 1964, em frente à estação Central do Brasil no Rio de Janeiro, realizou o chamado comício da Central do Brasil ou comício das reformas, que contou com a presença estimada de trezentas mil pessoas. Nesse comício, transmitido pela televisão, a oposição assistiu perplexa aos discursos inflamados de Goulart e Brizola, bem como tomou conhecimento dos decretos acerca da nacionalização das refinarias de petróleo e da criação da Superintendência da Reforma Agrária. Contudo, nada chamou mais a atenção da conservadora classe média e dos setores militares opositores, que as faixas vermelhas dos comunistas e as demais repudiando o “imperialismo norte-americano”, dentre outras mais agressivas, reivindicando melhorias sociais pelo viés da luta revolucionária.

Além do comício, Goulart aguçou ainda mais a oposição de boa parte da oficialidade militar, ao apoiar a sindicalização dos praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes), que implicaram alguns incidentes de quebra da hierarquia militar, considerada um dos pilares das Forças Armadas e forças públicas estaduais, como a "Revolta dos Marinheiros" no Rio de Janeiro em 24 de março de 1964, organizada pelo suposto agente da CIA, cabo Anselmo. Assim, em resposta ao comício das reformas, a oposição organizou em São Paulo no dia 19 de março de 1964, a chamada "Marcha da Família com Deus Pela Liberdade", com a presença estimada de 500 mil pessoas. Prestigiada por vários segmentos da classe média, organizações femininas e setores da Igreja Católica, a marcha configurou-se como uma grande

manifestação pública contra o governo Goulart e terminou por servir de aval para os militares iniciarem o que para eles foi chamado de revolução de 1964.

Em meio à condições favoráveis, no dia 31 de março de 1964, os generais Olímpio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes do Exército Brasileiro, bem como o governador Magalhães Pinto de Minas Gerais, dispondo seus 18 mil homens da Polícia Militar no processo, iniciaram o golpe. Observando a desorganização do seu aparato de defesa e ciente da existência de um plano militar norte-americano chamado “Operação Brother Sam” em apoio às forças golpistas, Goulart optou evitar uma possível guerra civil e o “derramamento de sangue”. Assim, partiu para o Rio Grande do Sul e posteriormente para o exílio no Uruguai. Sem encontrar resistência, no dia 01 de abril os golpistas assumiram o poder com o apoio do governo norte-americano, que no dia 02 de abril reconheceu oficialmente o novo governo. Era o início da ditadura militar.

Sobre o golpe de 1964, José Murilo de Carvalho argumenta que "a responsabilidade principal (...) foi dos que o deram e não dos que o sofreram". Contudo, "os vencedores contaram com a ajuda dos perdedores (...) uma vez que o presidente se recusou a autorizar a resistência"¹⁵. Contudo, ressalva seja feita, se por um lado Goulart avaliou as consequências nefastas de uma possível guerra civil, caso viesse a resistir, por outro também percebeu que não haviam condições adequadas para tanto. Neste sentido, a quem tenha sustentado, como Otávio Ianni e Francisco Weffort, "que o nacional-populismo teria conduzido a classe operária a uma posição de subordinação à burguesia nacional, representada por seu Estado, incapacitando-a de defender a democracia e suas conquistas anteriores"¹⁶.

Ainda sobre o assunto, é possível argumentar, mais especificamente, que apesar das agitações do período, das greves e das manifestações de rua, a herança do corporativismo implementado por Getúlio Vargas, em certa medida, inviabilizou a organização e a resistência de um modo mais efetivo por parte da massa de trabalhadores urbanos, em relação aos grupos que fomentaram o golpe. Para tanto, as ações do Ministério do Trabalho, tanto no sentido de focar o Estado como promotor de direitos, quanto no de despolitização sindical, contribuíram para uma certa alienação dos trabalhadores e sua adesão ao populismo, cujo pacto foi quebrado em 1964, com a derrubada do seu líder. Indo mais longe, também é possível considerar que o diminuto "capital social"¹⁷ inerente a sociedade brasileira, decorrência da

¹⁵ CARVALHO. *Forças Armadas e Política no Brasil*, pp. 124 a 126.

¹⁶ VIANNA. *A Revolução Passiva*, p. 56.

¹⁷ No sentido proposto, "capital social" pode ser admitido genericamente como uma forma de capital humano o qual as pessoas de uma determinada sociedade desenvolvem historicamente a capacidade de se relacionarem horizontalmente na esfera pública, através de associações comunitárias, cooperativas, sindicatos, clubes

"modernização conservadora", dos processos de "revoluções passivas" observadas, no mínimo, desde a independência do país, favoreceu a prevalência dos interesses das minorias, mais uma vez, ao suprimir a execução das reformas de base propostas pelo governo Goulart, através da instauração do regime militar.

Uma vez deposto pelo golpe, Goulart não retornou vivo ao país. Falecido em 1976 na Argentina, também governada por militares e durante a vigência da chamada Operação Condor, a causa permanece obscura, apesar do óbito atribuído a um ataque cardíaco. Embora muitos especialistas, a exemplo de Moniz Bandeira, terem contestado uma teoria conspiratória contra o ex-presidente, durante o governo de Dilma Rousseff seu corpo foi exumado em meio aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, de modo a que peritos investigassem a real causa da sua morte. Apesar dos esforços, o resultado quanto a suspeita de envenenamento foi considerado inconclusivo. Curiosamente, no mesmo ano de 1976, o ex-presidente Juscelino Kubistchek, outro desafeto do regime militar brasileiro, faleceu na rodovia Dutra, nas proximidades do município de Resende no estado do Rio de Janeiro, após seu veículo, supostamente por acidente, colidir com uma carreta.

Encerradas as abordagens pertinentes ao governo Goulart, é chegado o momento das inerentes ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente cujo governo mais promoveu redistribuição de renda na história republicana nacional e que teve seu legado atacado por um discurso pautado pelo combate a corrupção. Único ex-presidente brasileiro a ser preso, com base em uma denúncia contestável, uma vez que as convicções foram mais importantes que as provas, conforme é possível parafrasear algumas afirmações do próprio promotor Deltan Dallagnol¹⁸, não por acaso Lula é considerado um preso político por vários cidadãos brasileiros, partidos políticos e entidades nacionais e internacionais¹⁹. Sobre sua condenação pelo ex-juiz Sérgio Moro, agraciado pelo presidente Jair Bolsonaro com o Ministério da Justiça, Kennedy Alencar argumenta que "boa parte da comunidade jurídica brasileira considera injusta a sentença contra Lula no caso do apartamento no Guarujá. Renomados juristas e advogados criminalistas afirmam que, no mínimo, deveria ter sido aplicado o

desportivos e partidos políticos, dentre outras formas de organização, pautados pelos princípios de confiança, cooperação e reciprocidade, de modo a se favorecerem mutuamente, via de regra, sem a necessidade da ação do Estado. Portanto, justamente o contrário do que é observado historicamente no Brasil. Mais sobre o assunto, ver: PUTNAM. *Comunidade e Democracia*, pp 125 a 150.

¹⁸ Sobre as inconsistências da denúncia contra Lula, ver: RAVAZZANO. *'Não Tenho Provas, Mas Tenho Convicção': Sinceramente, Qual o Espanto?'*. Site.

¹⁹ Sobre o assunto ver: ALENCAR. *Justiça e PF Tratam Lula Como Preso Político*. Site

princípio "in dubio pro reo". Em outras palavras, "diante das dúvidas para condenar, Lula deveria ter sido absolvido"²⁰.

Líder nas pesquisas eleitorais em 2018, a prisão de Lula em abril daquele ano não deixa de reforçar a hipótese de tratar esta, de uma forma de inviabilizar seu possível retorno a presidência. No mais, o voto negativo da ministra Rosa Weber ao pedido de habeas corpus por parte da defesa, contrário ao seu próprio entendimento jurídico acerca de prisão em segunda instância, sob a alegação de um inusitado princípio da colegialidade²¹, bem como a tentativa de blindagem do ex-presidente em relação a entrevistas, corroboram ainda mais com tal hipótese. Assim, é possível interpretar, que a prisão de Lula se inscreve em meio à reação conservadora, intensificada a partir da derrota eleitoral de Aécio Neves para Dilma Rousseff em 2014, presidente golpeada pelos acontecimentos iniciados em 2013, que culminaram com o impeachment em 2016²². Todavia, visto a desmoralização do próprio Aécio Neves e do seu Partido, PSDB, face as inúmeras denúncias de corrupção veiculadas pelos meios de comunicação, sua ascensão a presidência não apenas foi inviabilizada, como cooperou para a emergência política e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, assunto que não cabe a este texto.

No que tange ao discurso do combate a corrupção, que tem permeado a sociedade brasileira nos últimos anos, curiosamente é inegável que ele tem um alvo central, qual seja, os integrantes do PT. Em relação a tal afirmação, a maior evidência reporta ao fato de que, embora o país tenha trinta e cinco partidos políticos, no que tange ao alto escalão federal apenas políticos ligados ao PT estão presos, com exceção do ex-deputado Eduardo Cunha do MDB. Assim, embora a oposição, incluindo os grandes meios de comunicação de massa, tenham praticamente sinonimado petista como corrupto, não é perceptível o mesmo empenho dos responsáveis pelas investigações em apurar as denúncias de corrupção envolvendo outros políticos dos demais partidos em Brasília, por mais graves e notórias que sejam o que demonstra que seu discurso é mera retórica desprovida do propósito em que é proferido. Destarte, não é possível compreender que o país vive uma cruzada contra a corrupção, mas sim que vive um momento de tentativa de expurgo de um partido, de modo a atingir sua maior liderança histórica, e não por acaso.

Que pese a diversidade de críticas e acusações reportadas ao seu governo, o certo é que com Lula na presidência "nunca antes na história deste país" os avanços sociais foram tão notórios. Programas como o Bolsa Família contribuíram para reduzir os índices de pobreza

²⁰ Sobre o assunto ver: ALENCAR. *Justiça e PF Tratam Lula Como Preso Político*. Site

²¹ Sobre o assunto ver: FLORES. *Qual a Lógica de Rosa Weber ao Votar Contra o Habeas Corpus de Lula*. Site

²² Sobre a perspectiva golpista do impeachment de Dilma Rousseff, ver: SOUZA. *A Radiografia do Golpe*.

extrema e a mortalidade infantil, para além das estatísticas que vinham sendo verificadas até então. Os aumentos reais sobre o salário mínimo, a continuidade do controle inflacionário, a histórica redução do desemprego e as políticas de favorecimento de crédito aos setores de menor renda, fomentaram a ampliação do consumo e, conseqüentemente, da produção interna.

Dentre outros aspectos positivos do seu governo, o déficit habitacional foi reduzido, sobretudo após o implemento do programa Minha Casa, Minha Vida. Embora longe do ideal, a educação também recebeu aportes importantes. Neste sentido, apesar da continuidade do favorecimento das famílias de maior renda, os ensinos técnico, superior e de pós-graduação também se tornaram uma realidade para milhares de brasileiros de menores faixas de renda. Para tanto, cooperaram a criação dos institutos federais, do ProUni e do Fies, dentre outros investimentos. Entretanto, ressalva seja feita, a educação básica, a cargo dos estados federados e dos municípios não avançou em seu governo.

Economicamente, além do já descrito controle inflacionário, o produto interno bruto cresceu a uma média de 4% ao ano, a dívida com o Fundo Monetário Internacional foi liquidada e as reservas internacionais saltaram de US\$ 37 bilhões para US\$ 288 bilhões²³. No mais, a taxa SELIC foi reduzida em quase dois terços entre 2003 e 2009²⁴, os índices de risco aos investimentos internacionais caíram, o país chegou a fazer parte das nove maiores economias mundiais e foi pouco afetado pela crise internacional do capitalismo iniciada em 2008 nos Estados Unidos. Em termos de meio ambiente, além da participação do país em diversos fóruns, os quais o governo se comprometeu com as metas, internamente, apesar dos elevados índices de desmatamentos, houveram alguns avanços em relação as suas diminuições, tanto na Amazônia, quanto na Mata Atlântica.

No plano internacional, o Brasil também foi destaque. Para começar, o presidente Lula passou a ser admitido como uma liderança importante por diversos outros chefes de estado e dentro da Organização das Nações Unidas. O país fortaleceu suas relações diplomáticas com os vizinhos latino-americanos e as estreitou com vários países africanos e do oriente médio, apesar das polêmicas envolvendo o Irã. Demonstrando solidez econômica, ampliou investimentos em alguns países, tais como Cuba e Bolívia, fortaleceu o Mercosul e as relações comerciais com os demais membros do chamado BRICS, bem como com alguns outros países. Em seu governo, foram conquistados os direitos para sediar a copa do mundo de 2014 e as olimpíadas de 2016. Em termos institucionais, o governo foi pautado pelo discurso conciliador e pela defesa intransigente da democracia. No mais, a liberdade de imprensa foi

²³ REVISTA VEJA. *Reservas Internacionais Fecham 2010 em Nível Recorde.*

²⁴ ESTADÃO. *A Evolução da Taxa Selic.*

defendida, mesmo nos momentos mais ferrenhos de oposição. A Polícia Federal e o Ministério Público foram fortalecidos e o Conselho Nacional de Justiça criado.

Tomando o exposto, não por acaso, ao final do seu segundo mandato em 2010, o governo presidido por Lula detinha a aprovação de quase 80% dos brasileiros, segundo as pesquisas divulgadas na ocasião. Para tanto, além daquilo que já foi descrito, dentre outros aspectos do seu governo que não foram tratados, um dado que corrobora com as afirmações acerca da melhora da qualidade de vida dos brasileiros no período é o índice de desenvolvimento humano, que passou de 0,790 em 2003, para 0,813 em 2007, último ano de avaliação antes das alterações metodológicas promovidas pela ONU.

Dentre seus críticos, mesmo aqueles que avaliam que seu governo manteve a hegemonia do grande capital, em especial o financeiro, como já vinha ocorrendo durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, sabem reconhecer também alguns de seus méritos. Neste sentido, Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida argumenta que a política econômica do governo Lula "incentivou o desenvolvimento da produção industrial voltada para o mercado interno e abriu o leque de relações econômicas internacionais, reduzindo a participação, neste setor, dos Estados Unidos e da Europa Ocidental"²⁵. Afirma ainda que, "no plano interno, o nacionalismo se expressou na proposta de 'inclusão social' dos contingentes mais pauperizados da sociedade brasileira (...) e na defesa do capitalismo instalado no país, em especial setores do grande capital nativo"²⁶.

Ao longo dos oito anos de governo, Lula "contou com o progressivo apoio de um extraordinário leque de forças sociais", que iam "do semiproletariado à grande burguesia bancária, de agronegociistas a movimentos de sem-terra", apoio que, "pelo menos no plano discursivo, foi acompanhado pela admiração de governantes pelo mundo afora"²⁷. Talvez isso possa ser explicado, pelo fato de ter incorporado em seu governo "pontos de vista tanto conservadores", sobretudo "o de que a conquista da igualdade não requer um movimento de classe auto organizado que rompa a ordem capitalista, quanto progressista", tal qual "o de que um Estado fortalecido tem o dever de proteger os mais pobres independentemente do desejo do capital"²⁸. Com Lula, um nordestino "saído das entranhas do subproletariado" (que

²⁵ ALMEIDA. *Entre o Nacional e o Nacional-Desenvolvimentismo*, p. 700.

²⁶ ALMEIDA. *Entre o Nacional e o Nacional-Desenvolvimentismo*, p. 704.

²⁷ ALMEIDA. *Entre o Nacional e o Nacional-Desenvolvimentismo*, p. 695.

²⁸ SINGER. *Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo*, p. 17. Por esta lógica, as tentativas de parte da oposição de rotular Lula como comunista, cuja a teoria parecem desconhecer, não faz qualquer sentido.

representou sua principal base de apoio político), "o discurso popular" ganhou "uma legitimidade" desconhecida em outros governos²⁹.

Desta feita, "não espanta que o debate sobre o populismo tenha ressurgido" dos acontecimentos anteriores "a 1964, onde parecia destinado a dormir para sempre"³⁰. Neste sentido, se o populismo em Lula parece menos evidente, não é por falta de carisma ou apoio dos segmentos de massa mais populares, mas sim pela força do seu partido, o PT, a partir do qual prefere manter sua notoriedade e ações institucionais. Por isso os ataques a Lula estão tão estreitamente ligadas também aos ataques ao PT, de modo a procurar desmoralizá-lo, um tanto diferentemente do que foi observado nos casos de Vargas e Goulart, visto que estes davam muito menos atenção à suas visibilidades a partir do PTB.

Se como visto, para além das críticas e falhas tão massificadas atualmente pelos opositores e meios de comunicação, o governo Lula teve méritos para ser considerado bem sucedido, que razões poderiam ser apontadas para justificar sua notória perseguição, uma vez já argumentado sobre as incongruências de sua condenação? Embora as respostas sejam múltiplas, no que tange a este texto, algumas delas serão focadas à nova fase do imperialismo mundial, ligada ao neoliberalismo. Neste sentido, por mais que o governo Lula tenha viabilizado as ações do grande capital no país, inclusive o financeiro, seu intervencionismo estatal, particularmente no que diz respeito às questões sociais, contrapunham muitos fundamentos neoliberais destinados a transferência de recursos econômicos dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos, da periferia para o centro do sistema capitalista.

Seguindo esta linha, é possível dizer que o neoliberalismo enquanto ideologia³¹ prima pela drástica redução da intervenção do Estado nos setores da economia que mais interessam ao grande capital. Além disso, defende a privatização da maioria das empresas públicas e a desregulamentação da economia dos países menos desenvolvidos³². Neste sentido, um dos pontos que podem ser considerados relevantes no caso do Brasil, é a questão do petróleo. Na verdade, desde Vargas a questão da nacionalização do petróleo despertou hostilidades das grandes empresas estrangeiras ligadas ao setor, em relação ao governo brasileiro.

No caso do governo Lula, para além da Petrobrás, ainda estatal, porém de capital misto, o foco dos desentendimentos diz respeito ao petróleo do "pré-sal". A descoberta desta enorme fonte de riquezas em seu governo despertou a cobiça de capitalistas estrangeiros ligados às várias empresas petrolíferas, bem como dos governos a elas relacionados. Contudo,

²⁹ SINGER. *Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo*, p. 17.

³⁰ SINGER. *Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo*, p. 17.

³¹ DUMENIL; LÉVY. *O Imperialismo na Era Liberal*, p. 11.

³² MARTINS. *Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina*, p. 144.

Lula sempre manteve o discurso de que tais reservas petrolíferas representam a "nova independência do Brasil", cabendo ao povo brasileiro as benesses desta riqueza. Para tanto, chegou a iniciar o projeto de uma nova estatal, a "Pré-Sal Petróleo S.A", de modo a procurar evitar que os maiores lucros da exploração dessa nova riqueza viessem a ficar com as empresas estrangeiras. Todavia, após sua saída do governo, esse projeto não foi tocado adiante e a Petrobrás assumiu as operações.

Como perceptível, tal conduta intervencionista e considerada nacionalista, fere a ideologia neoliberal, pois, "as economias subordinadas devem se tornar e ser mantidas vulneráveis à manipulação econômica pelo capital e pelo mercado capitalista"³³. No que tange ao pré-sal, para infortúnio daqueles que apoiam o entendimento de Lula, em 2018 a Câmara dos Deputados aprovou a PL 8939 de 2017, cujo texto autoriza a Petrobrás vender a maior parte dos seus direitos de exploração de petróleo nesta área, à outras empresas. Neste momento, consta em seu processo o aguardo da votação pelo Senado.

Outros pontos do governo Lula que atentam contra a ideologia neoliberal, dizem respeito a intervenção estatal quanto a ampliação da oferta de emprego, a liberdade da organização e atuação dos sindicatos e a regulação do salário mínimo. A estimulação do emprego, por meios de investimentos estatais em obras públicas, subsídios ao setor privado, flexibilização de impostos ou ampliação das vagas no serviço público, dentre outras formas, muitas vezes é promovida atentando contra as políticas fiscais mais conservadoras, pensadas de modo a favorecerem o pagamento de juros a credores estrangeiros. Além disso, a pressão sindical por melhores condições de trabalho, salários e vida, contraria o desejo de intensificação da obtenção da mais-valia pelos capitalistas.

Acerca do assunto, Lula não só permitiu a ação sindical, como promoveu aumentos sobre o salário mínimo para além da inflação. No mais, apesar do discurso político sobre o desejável pleno emprego, na prática, baixos índices de desemprego não interessam aos empregadores, pois, reduz a abrupta concorrência por trabalho, elevando o custo de mão de obra. Assim, se por um lado é verdade que o desemprego elevado compromete o consumo e, portanto, a produção, gerando crise do sistema, por outro também é que em um governo que prima pelo pleno emprego, como foi o caso do governo Lula, o custo da produção se eleva na proporção da força de trabalho, fato desinteressante ao capitalista. Nesta faca de dois gumes, a própria história do capitalismo demonstra que a busca insana do capitalista por maiores lucros, o cega diante das perspectivas de crises.

³³ WOOD. *O Deslocamento do Poder Econômico*, p. 28.

Continuando a lista de contrariedades do governo Lula em relação ao neoliberalismo, outro aspecto diz respeito a sua defesa do estado de bem-estar social. Tal forma de intervencionismo destinada a garantia de direitos sociais básicos, como os já descritos anteriormente, foge a cartilha neoliberal, que propõe a "flexibilização das leis trabalhistas", a "abertura dos mercados à livre circulação de capitais e mercadorias", a "interdição da ampliação da cidadania e da ordem democrática para espaços supranacionais"³⁴, a privatização do ensino, da saúde e da previdência social. Como evidente, muito do que não foi conseguido pelos neoliberais durante o governo Lula, ou pelo menos não na intensidade desejada, começou a se realizar durante o governo Temer e tende a se ampliar ao longo do governo Bolsonaro. Embora longe de encerrar as discussões sobre o assunto, os argumentos apresentados permitem alguma reflexão acerca do oposicionismo a Lula, no que tange aos ditames do neoliberalismo. Contudo, é oportuno salientar outro aspecto deste oposicionismo, não propriamente neoliberal, que toca na própria conformação da sociedade brasileira.

Durante o regime militar brasileiro, à uma reduzida parcela da sociedade foi potencializado o acesso ao ensino (médio e superior), créditos e salários acima da média, de modo a favorecer o aumento do consumo indispensável às políticas de desenvolvimento dependente de capitais estrangeiros, sobretudo industrial. Assim, enquanto a maioria da população foi submetida a pauperização, muito em decorrência de um ferrenho arrocho salarial entendido como necessário para conter a inflação e incentivar os investimentos industriais a partir da oferta de mão de obra barata, a classe média foi favorecida, em decorrência de algumas benesses concedidas pelos governos militares que só ela poderia ter acesso pelos critérios de renda exigidos.

Agraciada pelo acesso à casa própria através dos financiamentos do Banco Nacional de Habitação, veículos por meio dos consórcios, créditos bancários para a compra de bens de consumo duráveis e máquinas para o aparelhamento dos comércios, dentre outras coisas, a classe média foi gradualmente ampliando ainda mais seu padrão de vida e status social em relação a maioria da população. Tratavam-se de pessoas que, na maioria dos casos, por não terem iniciado a vida laboral sob as condições fabris ou rurais, conseguiam ter acesso a uma formação escolar acima da média, fato que as favoreciam quanto ao acesso dos melhores empregos, inclusive no serviço público. Destarte, na mesma proporção em que esta classe média observava sua distinção social em relação aos trabalhadores de menor renda, também

³⁴ MARTINS. *Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina*, p. 149.

passou a arrogar sua condição elitista e a reclamar não apenas a manutenção, como a ampliação de seus privilégios, a revelia da sociedade como um todo.

Com o fim do regime militar, essa herança elitista da classe média prevaleceu e, em meio a crise das décadas de 1980 e 1990, ela permaneceu ávida por um governo que atendesse seus interesses. Contudo, ao assumir a presidência em 2002, Lula iniciou um governo que atentou contra esse elitismo, ao intervir de modo a que muitas famílias, até então de baixa renda, alçassem a condição daquilo que passou a ser chamada de "nova classe média". Desprestigiada em sua condição, que até então considerava quase estamental, a antiga classe média passou a se ressentir contra o governo Lula, por não concordar com um Brasil menos desigual, em que privilégios cedessem lugar a direitos e uma parcela dos mais pobres pudesse atingir a cidadania³⁵. Não por acaso, embora reeleito em 2006, Lula perdeu para Alckmin junto ao eleitorado com renda acima de cinco salários mínimos³⁶.

Dito isso, considerando que boa parte da antiga classe média não dispunha dos melhores meios para externar seu ódio e preconceitos durante seu governo, quando teve a chance passou a operar contra um possível retorno de Lula a presidência, através do apoio a massificação de discursos morais, que muitos dos seus membros não praticam cidadamente. Para tanto, contou com alguns integrantes da nova classe media que, embora favorecidos pelo lulismo, também sucumbiram a arrogância elitista. Esse comportamento de uma parte da classe média, mais da antiga que da nova, corrobora, nas devidas proporções, com a ideia de que "o suposto bem comum é, na verdade, um bem de classe, e os sacrifícios que se fazem em nome da Pátria são desigualmente repartidos e, sobretudo, jamais põem em xeque a dominação de um pequeno grupo sobre a maioria"³⁷. Com estas palavras, encerram-se aqui as discussões acerca do governo Lula, embora muitas outras precisem ser ampliadas.

Em termos de conclusão, este texto procurou chamar a atenção para o fato de que, ao longo do período republicano no Brasil, dentre trinta e oito presidentes, os três de maior apelo popular, a saber, Vargas, Goulart e Lula, tiveram os fins mais trágicos. Analogamente, cada um diante das circunstâncias históricas do seu tempo e nas devidas proporções, partilharam um comportamento populista (embora menos perceptível em Lula, visto a força do PT), certa preocupação com a questão da redistribuição de renda a partir do intervencionismo estatal, além da defesa do desenvolvimento econômico do país de um modo menos dependente possível em relação ao capital estrangeiro. Por isso, sucumbiram frente a poderosos grupos de

³⁵ Sobre a relação entre direitos e privilégios na sociedade brasileira, ver: SANTOS. *Por Uma Outra Globalização*, p.25.

³⁶ SINGER. *Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo*, p. 03.

³⁷ RIBEIRO. *Democracia Versus República*. p.18.

oposição que, em defesa de seus interesses hegemônicos, engendraram discursos oportunistas que garantiram certo apoio da opinião pública.

Vargas, visto sua postura nacionalista no que tange a industrialização, teve seu passado autoritário salientado em tempos de democracia e foi responsabilizado por todos os atos desviantes praticados por alguns integrantes de seu governo. Pressionado, optou pelo suicídio como ato político de modo a retardar a ascensão de seus opositores ao poder. Quanto a Goulart, a alcunha de comunista em tempos de Guerra Fria, contribuiu significativamente para o golpe de 1964 que derrubou o seu governo, de modo a conter as reformas de base. Já Lula, por ter contrariado alguns ditames do neoliberalismo e o elitismo da classe média, dentre outros aspectos que não foram tratados aqui, foi preso por corrupção, após condenação baseada em um processo falho, de modo a ter seu retorno à presidência inviabilizado em 2018, em detrimento dos anseios mais populares. Por fim, considerando que qualquer produção acadêmica é passível de críticas que fomente o bom debate, qualquer contribuição a este texto neste sentido, é mais que bem vinda.

Referências

ALENCAR, Kennedy. *Justiça e PF Tratam Lula Como Preso Político*. Blog do Kennedy. Public. 30 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.blogdokennedy.com.br/justica-trata-lula-como-presopolitico>>. Acesso em 31 de janeiro de 2019.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues. *Entre o Nacional e o Nacional Desenvolvimentismo: Poder Político e Classes Sociais no Brasil Contemporâneo*. Revista Serviço Social e Sociedade. ISSN 2317-6318. São Paulo, nº 112, 2012, pp. 689 a 710.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)*. 1 ed. Bauru: Edusc, 2005.

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart*. As Lutas Sociais no Brasil, 1961-1964. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estado Brasileiro: Gênese, Crise, Alternativas*. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lucia Maria Wanderley. Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

DUMENIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *O Imperialismo na Era Neoliberal*. In: BOSCHETTE, Ivonete, et.al. *Política Social: Alternativas ao Neoliberalismo*. Brasília: UnB, 2004.

ESTADÃO. *A Evolução da Taxa Selic*. Publicada em 29 de abril de 2009. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/infograficos/economia,a-evolucao-da-taxa-selic>>. Acesso em 23 de janeiro de 2019.

FLORES, Paulo. *Qual a Lógica de Rosa Weber ao Votar Contra o Habeas Corpus de Lula*. Nexo Jornal. Publicado em 05 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/04/05/Qual-a-l%C3%B3gica-de-Rosa-Weber-ao-votar-contra-o-habeas-corpus-de-Lula>>. Acesso em 22 de janeiro de 2019.

MARTINS, Carlos E. *Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”*. O Anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna*. 3ed. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RAVAZZANO, Fernanda. *'Não Tenho Provas, Mas Tenho Convicção': Sinceramente, Qual o Espanto?*. Canal Ciências Criminais. 20 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/nao-tenho-provas-mas-tenho-conviccao>>. Acesso em 22 de janeiro de 2019.

REVISTA VEJA. *Reservas Internacionais Fecham 2010 em Nível Recorde*. Economia. Public. 03 de janeiro de 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/reservas-internacionais-fecham-2010-em-nivel-recorde>>. Acesso em 23 de janeiro de 2019.

RIBEIRO, Renato Janine. *Democracia Versus República: A Questão do Desejo nas Lutas Sociais*. In: BIGNOTTO (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo: Cia das Letras, 2012. Capítulo 1.

SOUZA, Jessé. *A Radiografia do Golpe*. Lisboa: LeYa, 2016.

VIANA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

WOOD, Ellen Meiksins. *O Império do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.